



Projeto de Lei Nº 076/2010

<u>Súmula:</u> "Altera o parágrafo único do Art. 8, da Lei nº 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e salários do magistério Municipal e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais submete à apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte:

Projeto de Lei:

Art. 1º O Parágrafo Único no Art. 8º da Lei 001/2005, de 06 de janeiro de 2004, passará, submete a apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 8º - ...

Parágrafo único: O professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviços o ministrar aula extraordinária, até o limite de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na carreira.

§ 2º. Fica revogado o parágrafo único do Artigo 8º da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Morretes, 24 de Junho de 2010.

AMILTON PAULODA SILVA

Prefeito Municipal

Rua Conselheiro Sinimbú, 50 Centro – Fone/Fax: 41 3462-1266 CEP 83.350-000 CNPJ nº 76.022.490/0001-99





Mensagem nº 048/2010

Morretes, 24 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhores Vereadores:

De acordo com o disposto no inciso I, do art. 31, e, ainda, do contido nos incisos III e XIX, do art. 69, todos da Lei Orgânica do Município de Morretes, segue à apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 076/2010, que Altera o parágrafo único do Art. 8, da Lei nº 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e salários do magistério Municipal e dá outras providencias.

Justifica-se o presente projeto de lei em função da relevância que permeia o mesmo, já que não há regulamentação para o pagamento de aula extraordinária aos professores municipais, haja vista que o pagamento é realizado através de valor fixo para cada hora aula, ignorando o nível e classe a que cada um se encontra enquadrado. Desta feita, o referido projeto, com base na experiência do Estado do Paraná, através do artigo 29, § 3º da Lei Complementar 103/2004, vem regularizar o pagamento da aula extraordinária dos educadores municipais.

Com estas considerações solicito a apreciação e aprovação pelos Excelentíssimos Senhores Vereadores, do incluso projeto de lei, com a certeza da pronta aprovação que o mesmo receberá.

AMILTON PAULO DA SILVA

Prefeito Municipal

A Sua Excelência Senhor

Vereador MAURÍCIO PORRUA

M. D. Presidente da Câmara Municipal de Morretes

Morretes – Paraná

Rua Conselheiro Sinimbú, 50 Centro – Fone/Fax: 41 3462-1266 CEP 83.350-000 CNPJ nº 76.022.490/0001-99





Projeto de Lei nº 076/2010, que Altera o parágrafo único do Art. 8, da Lei nº 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e salários do magistério Municipal e dá outras providencias.

Cumprimento da Seção I, Capítulo IV, art. 16 Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Art. 16, II – Lei de Responsabilidade Fiscal

DECLARAÇÃO

Declaro como ordenador da despesa do Município de Morretes, nos termos do contido no inciso XXIII, do art. 69, da Lei Orgânica do Município de Morretes, e fins de cumprimento do contido no inciso II, do art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que:

a) a despesa ocasionada pelo cumprimento da Lei Municipal que dispõe sobre a concessão de complementação salarial aos servidores públicos federais e estaduais cedidos ao Município e dá outras providências, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual de 2009, bem com tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, todas do exercício financeiro de 2010;

- b) haverá compatibilidade do Plano Plurianual 2011/2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios 2010 e 2011, com a despesa criada pela Lei Municipal que dispõe sobre a concessão de Complementação Salarial aos servidores públicos federais e estaduais cedidos ao Município e dá outras providências; e
- c) haverá adequação orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual dos exercícios 2010 e 2011, com a despesa criada pela Lei Municipal que dispõe sobre a concessão de Complementação Salarial aos servidores públicos federais e estaduais cedidos ao Município e dá outras providências.

Morretes, 24 de junho de 2010

AMILTON PAULO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL

Rua Conselheiro Sinimbú, 50 Centro – Fone/Fax: 41 3462-1266 CEP 83,350-000 CNPJ nº 76,022,490/0001-99



Câmara Municipal de

Estado do Paraná



Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

INICIATIVA - EXECUTIVO MUNICIPAL

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Senhor Presidente

Em atendimento ao Art. 42 do Regimento Interno da Câmara, estamos encaminhando a Vossa Excelência o Projeto de Lei em epígrafe para parecer.

Caso demonstre interesse, Vossa Excelência poderá reservar à sua própria consideração o parecer sobre o objeto Projeto em comento (Art. 42, § 2º do Regimento Interno).

Após, voltem para apreciação.

Morretes, 30 de junho de 2010.

Włauńcie Coma Maurício Porrua. Presidente

Excelentíssimo Vereador Rodrigo Kuchnier de Moraes Presidente da Comissão de Justiça e Redação. Nesta Câmara Municipal

Recebi o Projeto supra.

Morretes de JUNIO

de 2010.

Presidente





Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

INICIATIVA - EXECUTIVO MUNICIPAL

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Senhor Presidente

Em atendimento ao Art. 42 do Regimento Interno da Câmara, estamos encaminhando a Vossa Excelência o Projeto de Lei em epígrafe para parecer.

Caso demonstre interesse, Vossa Excelência poderá reservar à sua própria consideração o parecer sobre o objeto Projeto em comento (Art. 42, § 2º do Regimento Interno).

Após, voltem para apreciação.

Morretes, 30 de junho de 2010.

Mauricio Porrua.

Presidente

Excelentíssimo Vereador Claudiney Apolinário Bueno Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Nesta Câmara Municipal

Recebi o Projeto supra.

Morretes,

de 2010.

residente



Câmara Municipal de .





Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

INICIATIVA - EXECUTIVO MUNICIPAL

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Senhor Presidente

Em atendimento ao Art. 42 do Regimento Interno da Câmara, estamos encaminhando a Vossa Excelência o Projeto de Lei em epígrafe para parecer.

Caso demonstre interesse, Vossa Excelência poderá reservar à sua própria consideração o parecer sobre o objeto Projeto em comento (Art. 42, § 2º do Regimento Interno).

Após, voltem para apreciação.

Morretes, 30 de junho de 2010.

Wławicio Yoruc Maurício Porrua. Presidente

Excelentíssimo Vereador Flávia Rebello Miranda Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Nesta Câmara Municipal

Recebi o Projeto supra.

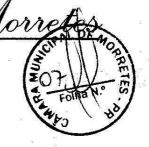
Morretes,

de 30/01

de 2010.

Presidente





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR.

Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

Iniciativa: Executivo

Senhor Vereador.

Em atenção ao Art. 42 do Regimento Interno da Câmara estamos encaminhando o Projeto de Lei em epígrafe para Vossa Excelência exarar parecer. (§ 2º do Art. 42 do RI).

Na oportunidade informamos que o relator designado terá prazo de 04 dias para apresentação do parecer a fim de ser discutido e apreciado pelos demais membros da Comissão (Art. 43, § 2º do RI).

Morretes, 30 de junho de 2010.

Rodrigo Kuchnier de Moraes Presidente da Comissão

Recibo - Recebi o Projeto supra.

Morretes, / / 2010

Vereador

EXMO SENHOR DD. MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES NESTA CÂMARA





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR.

Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

Iniciativa: Executivo

Senhor Vereador.

Em atenção ao Art. 42 do Regimento Interno da Câmara estamos encaminhando o Projeto de Lei em epígrafe para Vossa Excelência exarar parecer. (§ 2º do Art. 42 do RI).

Na oportunidade informamos que o relator designado terá prazo de 04 dias para apresentação do parecer a fim de ser discutido e apreciado pelos demais membros da Comissão (Art. 43, § 2º do RI).

Montetes 30 de junho de 2010.

Claudiney Apolinário Bueno Presidente da Comissão

Recibo - Recebi o Projeto supra.

Morretes, 05/07/2010

Vereador

EXMO SENHOR RODEIGO K. DE MORAES

DD. MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR.

Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

Iniciativa: Executivo

Senhor Vereador.

Em atenção ao Art. 42 do Regimento Interno da Câmara estamos encaminhando o Projeto de Lei em epígrafe para Vossa Excelência exarar parecer. (§ 2º do Art. 42 do RI).

Na oportunidade informamos que o relator designado terá prazo de 04 dias para apresentação do parecer a fim de ser discutido e apreciado pelos demais membros da Comissão (Art. 43, § 2º do RI).

Morretes, 30 de junho de 2010.

Flávia Rebello Miranda Presidente.da Comissão

Recibo - Recebi o Projeto supra.

Morretes, 08 / 09 / 2010

Vereador

EXMO SENHOR VALDECIR MOPA

DD. MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES



Câmara Municipal de M

Estado do Paraná



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

PROJETO DE LEI 076/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências.

Relator: O relator designado pelo Senhor Presidente da Comissão, analisando o projeto em comento, exara o seguinte Parecer:

O presente projeto atende o contido na Lei Complementar 103/2004, do Governo do Estado do Paraná e consequentemente está amparada pelas Constituições do Estado do Paraná, além de possuir todos os requisitos de constitucionalidade, de legalidade e jurídico, bem como o aspecto gramatical e lógico e que em razão do atendimento dos requisitos acima enumerados encaminho para ser apreciado pelos Vereadores, m.

É o parecer.

Morretes, 02 de julho de 2010.

RELATOR

Acompanham o Perecer conforme assinatura abaixo:

Vereador:

Vereador:





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: "Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências".

Relator:

O Vereador, designado como relator do Projeto de Lei nº 076/2010, da iniciativa do Executivo que "Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências", apresenta o seguinte parecer:

O Inciso III o artigo 50 da Lei Orgânica do Município de Morretes, estabelece a competência privativa ao Prefeito Municipal na iniciativa das leis que versem sobre orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.

Desta feita, o objeto da Lei em comento é justamente atender os requisitos da Lei Complementar 103/2004, do Governo Estadual que redefine a forma de pagamento das aulas extraordinárias trabalhadas pelo professor, tal qual preceitua o artigo 29 e seus parágrafos, definindo a proporcionalidade da remuneração das aulas efetivamente ministradas que deverão ter como parâmetro ao valor correspondente ao nível e classe em que o professor se encontra em sua carreira no magistério.



Câmara Municipal de M

Estado do Paraná



Para o projeto, o Executivo encaminha declaração de ordenador de despesas em consonância com o determinado no Inciso II, do Art. 16 da lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Da mesma forma, o ordenador da despesas informa que ao entrar em vigor o projeto, as despesas oriundas do mesmo tem compatibilidade com o Plano Plurianual referente ao quadriênio de 2010/2013, com a lei de diretrizes orçamentária do ano de 2010 e com a lei orçamentária anual de 2010 e 2011.

Ante o exposto, nosso posicionamento é que o presente projeto devido sua legalidade, deverá ser levado à apreciação da colenda câmara.

É o parecer.

Morretes, 02 de julho de 2010.

RELATOR

Acompanham o Perècer conforme assinatura abaixo:

Vereader:

Vereador:





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER

Projeto de Lei nº 076/2010

Súmula: "Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências".

Relator: O relator da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, em atenção ao Projeto de Lei acima epigrafado, que altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal, exara o seguinte parecer.

A matéria em si é pacífica pois tem amparo legal na Lei Complementar 103/2004, do Governo do Estado do Paraná e por conseqüência nas Constituições Estadual e Federal.

O objeto do projeto objetiva definir o número de aulas extraordinárias que poderá ser ministrado por professor com regime de trabalho de vinte horas semanal. A situação apresentada no parágrafo único do artigo 8, já, desde 2004 está amparada no § 3º, do Art. 29, da Lei Complementar 103, de 15 de março de 2004, que define:

CAPÍTULO IX DO REGIME DE TRABALHO E DAS FÉRIAS

Art. 29. O regime de trabalho do Professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo. § 1º -

§ 2° –

§ 3º – O professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira.



Câmara Municipal de Mozoe

Estado do Paraná



CONCLUSÃO

Considerando que o Projeto atende os requisitos legais e está em conformidade com a Lei Maior e com a Lei Orgânica do Município (Art. 14, I), este redator entende que o projeto supra deverá ser encaminhado para apreciação pelo plenário da Câmara

É o parecer.

Morretes, 02 de julho de 2010.

Ŕelator

Acompanham o Perecer conforme assinatura abaixo:

Vereador:

Vereador:



Câmara Municipal de Morr

Estado do Paraná



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ.

Os Vereadores componentes das Comissões Permanentes da Câmara, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais, vêm à presença de Vossa Excelência para requerer que o Projeto de Lei nº 076/2010, que Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do magistério Municipal e dá outras providências, seja apreciado em sessão única, tendo em vista que não existe número de sessões suficientes para atender o regimento, porque a sessão do dia 07 é a ultima do semestre do presente ano legislativo, tal situação está aliada com a relevância da matéria cujo adiamento da discussão do mesmo tornará inútil a deliberação e importará em grave prejuízo à coletividade.

> Termos em que, pedem e esperam; Deferimento.

Câmara Municipal de Morretes, 04 de julho de 2010.

Comissões Permanentes

Justiça e Redação

anderson R. Cagni

Anderson R Cagni-

Secretário

Flávia R Miranda

Membro

Finanças e Orcamento

Rodrigo K de Moraes-

Secretário

Pastor Deimeval Borba

Membro

Educação, Saúde e Assistência Social

Ródrigo K de Moraeś⊬

& Bleno-

Presidente

Presidente

Valdecir Mora-

Secretário

Membro



Câmara Municipal de Moz

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI 1656/2010 (Origem Projeto de Lei 076/2010)

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprego e Salários do Magistério Municipal e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, aprovou o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - O Parágrafo Único do Art. 8º da Lei 001/2004, de 06 de janeiro de 2004 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - ...

Parágrafo Único – O professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviços ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na carreira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o parágrafo único do Art. 8º da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004.

Morretes, 07 de julho de 2010.

Maurício Porrua Presidente





LEI N° 099/2010

Súmula: Altera o Parágrafo único do Art. 8, da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004, que estabelece o Plano de Emprégo e Salários do Magistério Municipal e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Parágrafo Único do Art. 8º da Lei 001/2004, de 06 de janeiro de 2004 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - ...

Parágrafo Único – O professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviços ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na carreira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o parágrafo único do Art. 8º da Lei 001 de 06 de janeiro de 2004.

Prefeitura Municipal de Morretes, 07 de julho de 2010.

Amilton Paulo da Silva PREFEITO MUNICIPAL

Rua Conselheiro Sinimbú, 50 Centro - Fone/Fax: 41 3462-1266 CEP 83.350-000 CNPJ nº 76.022.490/0001-99



Jornal de Morretes

Órgão "Oficial do Município de Morretes" - Estado do Paraná Ano I - N° 09 - Morretes, 09 de Julho de 2010



Prefeitura Municipal de Morretes ESTADO DO PARANÁ

CONCORRÊNCIA Nº 0002/2010

RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

de 2009, fez a análise dos Documentos de Habilitação de restauração de igrejas, e julgou HABILITADAS as meada pelo Decreto Municipal nº 051, de 08 de junho referentes à Concorrência 0002/2010 - execução de obra A Comissão Especial de licitação, devidamente noseguintes empresas;



SÚMULA: APROVA O PLANO MUNICIPAL DE RESOLUÇÃO Nº 002/2010 ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2010

MAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 001/96 – INTERV. de 19/06/96, art. 13, O Conselho Municipal de Assistência Social - COinciso II, e,

Considerando a deliberação da plenária realizada em 22/04 /2010;

Considerando o seu Regimento Interno em seu art. 23, Considerando o disposto nos incisos I, II, e III do art. nciso II;

30, da Lei Federal nº 8.742/93.

Art 10 - Anrovar o Plano Municipal de Assistência



ESTADO DO PARANA

LEI Nº 098/2010.

Súmula - Denomina de Rua das Torres, Rua João Agostinho e Rua Constante Machado, ruas da localidade do Jardim das Palmeiras Morretes, Paraná, como abaixo especifica,

MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei: A CÂMARA MUNICIPAL I ESTADO DO PARANÁ, aprov

tem início na divisa da propriedade de Nereu Rodrígues Art. 1º - Fica denominada de Rua das